

STJ00105086

Celso Antonio Pacheco Fiorillo
Renata Marques Ferreira

Direito Ambiental Tributário

4ª edição

2018

saraiva  jur

SOMOS | **saraiva** jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco
Direito ambiental tributário / Celso Antonio Pacheco
Fiorillo, Renata Marques Ferreira. – 4. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2018.

1. Direito ambiental - Brasil 2. Direito tributário - Brasil
3. Encargos tributários sobre impacto ambiental I. Título II.
Ferreira, Renata Marques.

17-0977

CDU 349.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito ambiental 349.6

Presidente	Eduardo Mufarej
Vice-presidente	Claudio Lensing
Diretora editorial	Flávia Alves Bravin
Conselho editorial	
Presidente	Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico	Murilo Angeli Dias dos Santos
Gerência	
Planejamento e novos projetos	Renata Pascual Müller
Concursos	Roberto Navarro
Legislação e doutrina	Thais de Camargo Rodrigues
Edição	Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteadó Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Comunicação e MKT	Carolina Bastos Elaine Cristina da Silva
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 13-10-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604354 CAE 622367

1112278

ÍNDICE

PARTE I

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

1. A Constituição Federal como gênese do direito ambiental brasileiro: fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil 21
2. Brasileiros e estrangeiros residentes no País como destinatários dos direitos e deveres individuais e coletivos no âmbito constitucional e o direito ambiental brasileiro 24
3. Os direitos e deveres constitucionais coletivos, a proteção dos interesses difusos e coletivos e o direito ambiental brasileiro 25
4. O direito ao meio ambiente em face do art. 225 da Constituição Federal 26
 - 4.1. A existência no plano constitucional do direito material ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos: o primeiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 27
 - 4.2. A existência no plano constitucional do bem ambiental destinado ao uso comum do povo: o segundo aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 30
 - 4.3. A Carta Magna impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o terceiro aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 32
 - 4.4. A defesa e preservação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações: o quarto aspecto fundamental quanto ao conteúdo do art. 225 da Constituição Federal 34

5. A tutela constitucional do patrimônio genético no direito ambiental brasileiro.	35
6. A tutela constitucional do meio ambiente cultural no direito ambiental brasileiro.	36
7. A tutela constitucional do meio ambiente artificial no direito ambiental brasileiro.	39
8. A tutela constitucional do meio ambiente do trabalho no direito ambiental brasileiro.	42
9. A tutela constitucional do meio ambiente natural no direito ambiental brasileiro.	44

PARTE II

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1. Noções preliminares. O princípio da legalidade visando estruturar a interpretação do direito ambiental constitucional	49
2. Princípio do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 e a erradicação da pobreza como requisito indispensável visando implementar o desenvolvimento sustentável em todo o planeta	50
3. O princípio do poluidor-pagador e a interpretação do Supremo Tribunal Federal	56
4. Princípio da prevenção	61
4.1. Prevenção ou precaução? O art. 225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), assim como nos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa (art. 1º, IV, da CF)	64
5. Princípio da participação	68
5.1. Informação ambiental.	69
5.2. Educação ambiental.	71
5.3. Política Nacional de Educação Ambiental.	72
6. O princípio da ubiquidade e a dignidade da pessoa humana.	73
7. O denominado “princípio da vedação do retrocesso”, suas atuais referências no Supremo Tribunal Federal e eventuais aplicações no direito ambiental constitucional brasileiro	74

PARTE III**O DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO VINCULADO À TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS**

1. Introdução	83
1.1. Direito ambiental tributário ou direito tributário ambiental?	85
2. O sistema constitucional tributário e seus princípios gerais: a dignidade da pessoa humana como fundamento destinado a interpretar os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria	93
3. Aspectos gerais sobre a competência em matéria tributária	100
4. As características da competência em matéria tributária	102
4.1. A privatividade	102
4.2. A indelegabilidade	103
4.3. A incaducabilidade	104
4.4. A inalterabilidade	104
4.5. A irrenunciabilidade	105
4.6. A facultatividade do exercício da competência tributária	105
5. A norma jurídica tributária: a relevância dos aspectos que compõem a chamada hipótese de incidência tributária	106
6. Os aspectos essenciais da hipótese de incidência tributária	109
7. A classificação dos tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria	110
8. Os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria como instrumentos destinados a tutelar bens ambientais	111
8.1. Os tributos em face das cidades	119
8.1.1. O IPTU progressivo no tempo como instrumento da política urbana em face do direito ambiental tributário	119
8.1.2. Aspectos gerais acerca do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana — o IPTU	120
8.1.3. O aspecto pessoal da hipótese de incidência do IPTU — o sujeito ativo e o sujeito passivo	122
8.1.4. O aspecto temporal da hipótese de incidência do IPTU	123

8.1.5. O aspecto espacial da hipótese de incidência do IPTU.	124
8.1.6. O aspecto material da hipótese de incidência do IPTU — o conceito de propriedade de acordo com a Constituição Federal.	135
8.1.7. O aspecto quantitativo da hipótese de incidência do IPTU: a base de cálculo e a alíquota	141
8.1.7.1. A base de cálculo do IPTU.	141
8.1.7.2. A alíquota do IPTU e a progressividade instituída pela Emenda Constitucional n. 29/2000	142
8.1.8. A progressividade do IPTU no âmbito dos arts. 156 e 182 da Constituição Federal.	147
8.1.9. O ITR — Imposto Territorial Rural como instrumento de implementação dos valores e princípios do direito ambiental tributário	155
8.2. Os tributos em face do patrimônio cultural	167
8.3. Os tributos em face da saúde ambiental e meio ambiente do trabalho	176
8.4. Os tributos em face dos recursos naturais.	182
8.4.1. O ITR ambiental	183
8.4.2. O ICMS ambiental	185
8.4.3. As Taxas Ambientais	191
8.5. Os tributos em face do patrimônio genético.	194
8.6. Os tributos em face da energia	198
9. Considerações sobre alguns dos princípios constitucionais que regem o direito ambiental tributário	203
9.1. O princípio da proporcionalidade	205
9.2. O princípio da igualdade.	209
9.3. O princípio da legalidade	213
9.4. O princípio da capacidade contributiva.	215
10. A proposta de reforma “tributária ambiental”	218
<i>Bibliografia</i>	221